

**OS LIMITES DAS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO
DE PROJETOS DE ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA**

**LIMITS AND POSSIBILITIES OF SEXUAL ORIENTATION
PROJECTS IN SCHOOL**

Virginia Iara de Andrade Maistro

Universidade Estadual de Londrina

Centro de Ciências Exatas

Discente do Programa de Pós-Graduação:

Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática

Álvaro Lorencini Júnior

Universidade Estadual de Londrina

Centro de Ciências Biológicas – Departamento de Biologia Geral

86055-990 – Londrina – PR - Brasil

RESUMO

O presente estudo tem como principal objetivo identificar os limites dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), no que se refere ao desenvolvimento de projetos sobre o tema transversal Sexualidade em duas escolas do ensino fundamental da rede pública municipal do Estado do Paraná. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semi-estruturadas, audiogravadas ou escritas, de cinco professores das séries iniciais. Com os resultados obtidos, podemos considerar que os projetos desenvolvidos esbarram nas resistências dos professores para o enfrentamento da multidimensionalidade da temática. Os professores da nossa amostra consideram os conteúdos de Biologia e Ciências suficientes para que os alunos compreendam a sexualidade, caracterizando assim, uma visão reducionista e biologista do sexo. Enfocando apenas o corpo biológico, não abarcam as ansiedades e curiosidades das crianças e não incluem as dimensões culturais, afetivas e sociais. Consideramos que a transversalidade do tema Sexualidade, proposta pelos PCNs não corresponde às representações dos educadores entrevistados.

Palavras chave: Ensino de Ciências – PCNs - Orientação Sexual – Projetos na Escola

Abstract

The present study has as objective principal to identify the limits of the Parameters National Curriculares (PCNs), in what he/she refers to the development of projects on the theme traverse Sexuality in two schools of the fundamental teaching of the municipal public net of the State of Paraná. The data were collected through semi-structured interviews, audiogravadas or written, of five teachers of the initial series. With the obtained results, we can consider that the developed projects dash in the teachers' resistances for the enfrentamento of the multidimensionalidade of the thematic. The teachers of our sample consider the contents of Biology and enough Sciences for the students to understand the sexuality, characterizing like this, a vision reducionista and biologista of the sex. Just focusing the biological body, they don't embrace the anxieties and the children's curiosities and they don't include the dimensions cultural, affective and social. We considered that the transversalidade of the theme Sexuality, proposed by PCNs it doesn't correspond to the educators interviewees' representations.

Words key: Teaching of Sciences–PCNs - Sexual Orientation–Projects in the School

Introdução

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), referência para a renovação e reelaboração da proposta curricular, reconhecem a complexidade da prática educativa e reforçam a importância de que cada escola formule seu próprio projeto educacional, discutindo, planejando e possibilitando constantes estudos compartilhados por todos os agentes sociais escolares. Desse modo, o projeto educacional deve ser um processo contínuo de reflexão sobre a prática pedagógica, para que a melhoria da qualidade do ensino resulte da co-responsabilidade entre todos os educadores; e que se repense o papel e a função da escola.

Consultando a literatura existente, percebe-se que há um número significativo de trabalhos concluídos na perspectiva de subsidiar os educadores quanto à abordagem da Orientação Sexual na escola. Contudo, observa-se que são poucas as instituições de ensino fundamental e médio que incluem em suas práticas pedagógicas um projeto de Orientação Sexual. Alguns projetos sobre sexualidade na escola se baseiam fundamentalmente em palestras a cargo de psicólogos, enfermeiros e/ou médicos e a fixar nos corredores, cartazes informativos sobre campanhas de prevenção de DSTs, AIDS, gravidez na adolescência e métodos contraceptivos, como se essas ações fossem suficientes para esclarecer as dúvidas e compreender as múltiplas expressões do tema.

De acordo com Egypto (2003), há educadores que consideram que trazer um médico, um psicólogo ou um especialista resolve a questão. O referido autor admite o fato que a escola considera que “uma palestra é pouco, vamos fazer a Semana da Aids, a Semana da Sexualidade”. Ocorre “aquela semana” e fica só nisso! É importante que haja a produção do debate e da reflexão para que não se limite a informação, apesar de ser necessária, ela não é suficiente. Deve existir um canal aberto permanente para o debate.

Percebe-se que muitos educadores não estão preparados e capacitados para desenvolverem em sala de aula os assuntos referentes à sexualidade. Desse modo, parecem sentir receosos e resistentes para enfrentar a temática com tranquilidade, e desta maneira, é melhor “ignorar” que a escola seja um local de construção da sexualidade:

[...] *“existem professores que afirmam que sua tarefa exclusiva na escola consiste em ensinar certos conteúdos conceituais e não têm por que se preocupar se seus alunos escovam bem ou mal os dentes”. [...] “essa situação de desprezo às matérias transversais, às vezes torna patente um defeito no trabalho profissional dos professores”* (GAVIDIA, 2002, p.24).

Segundo os PCNs, a princípio, acreditava-se que as famílias apresentavam resistência à abordagem dessas questões no âmbito escolar, mas atualmente sabe-se que os pais reivindicam a Orientação Sexual nas escolas, pois reconhecem não só a sua importância para crianças e jovens, como também a dificuldade de falar abertamente sobre esse assunto em casa. Como um processo de intervenção pedagógica, a Orientação Sexual tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados, sem invadir a intimidade nem direcionar o comportamento dos alunos. (BRASIL, 1997)

Os trabalhos assistemáticos realizados dentro do contexto escolar, apresentam resultados pouco significativos; sendo que apenas informações não são suficientes para possibilitar a adoção de comportamentos preventivos. As intervenções mais eficazes são aquelas ações educativas continuadas, que possibilitam elaboração e reflexão das informações recebidas, no sentido da discussão dos obstáculos emocionais e culturais que impedem a adoção de condutas

preventivas, que podem ser convertidas em contribuições para a prevenção de problemas graves como o abuso sexual e a gravidez indesejada.

Levando em conta que nos dias atuais não é mais possível que as questões que envolvam a vida sexual passem despercebidas e que um projeto sobre sexualidade na escola pode proporcionar aos jovens um desenvolvimento mais equilibrado da sua personalidade, possibilitando-lhes opções mais responsáveis sobre seu corpo, o presente estudo se baseia na identificação dos limites pedagógicos que as escolas enfrentam no desenvolvimento de um projeto de Orientação Sexual.

Podemos considerar que os PCNs apontam algumas possibilidades pedagógicas de desenvolvimento dos trabalhos escolares com o tema da sexualidade, a saber:

a) Que o tema da sexualidade seja de caráter interdisciplinar.

Quanto a essa possibilidade do envolvimento de todas as disciplinas do currículo escolar na abordagem do tema, Gavidia (2002), adverte para o fato que há pouca tradição do trabalho em equipe, e que as dificuldades aumentam ao se elaborar um projeto interdisciplinar, na falta de colaboração entre os professores e nas dificuldades em trabalhar com os pais e outras instituições.

b) Que o professor proporcione aos alunos um espaço onde haja estímulo às discussões.

Que a sala de aula tenha um clima prazeroso em que o interesse e a curiosidade dos jovens sejam considerados, no sentido de desvendar a sua dimensão em geral, oculta ou estereotipada nos conteúdos específicos de cada disciplina. Podemos considerar que a falta de momentos de discussões sobre o tema em sala de aula seja decorrente da própria formação sociocultural dos professores, como mesmo defende Nunes e Silva (2000, p. 74):

[...] na questão de sexualidade, a maioria dos profissionais aponta a ausência de fundamentos científicos na análise destes comportamentos, baseando-se sempre nos elementos conservadores e tradicionais de uma cultura repressiva e negativista do sexo e suas dimensões, reforçada pela família, pela religião e pela própria escola. [...] sobre as manifestações da sexualidade infantil, apontaram a própria dificuldade pessoal em compreender a complexidade da sexualidade humana, reclamando da falta de conteúdos e dos resquícios de uma educação repressora que acaba dificultando o esclarecimento das questões e situações que envolvem o sexo. [...] repressão da própria sexualidade.

c) Que o tema seja transversalizado.

De acordo com Gavidia (2002) este é um dos limites que podem ser encontrados na implantação e desenvolvimento dos temas transversais, ou seja, há uma dificuldade da escola em mudar as formas de comportamento e as escalas de valores.

d) Que o tema seja tratado dentro da programação.

Segundo Sayão, R. (1997) e Sayão, Y. (1997), muitas escolas convocam psicólogos ou contratam serviços de Orientação Sexual com profissionais preparados para uma palestra com os alunos, mas sabe-se que a eficácia desse trabalho é limitada, pois não há continuidade e conhecimento do contexto particular da instituição; são atuações pontuais, o que certamente alcança um grau de êxito que, aos poucos, vai se diluindo e se perdendo no tempo, por não se constituir em um processo. São os professores ou orientadores que se constituem em interlocutores confiáveis para as questões da sexualidade; pois o trabalho do dia-a-dia é realizado por estes, que mantêm com os alunos uma relação de proximidade. São eles que poderão contribuir para que seus alunos tenham uma visão positiva e responsável da sexualidade.

De acordo com Guimarães (1995, p. 19):

Há escolas que entendem palestras sobre AIDS, sobre a menstruação e uso de absorventes ou qualquer outro item isolado, tratando de saúde sexual, já as definem como comprometidas com o trabalho de Educação Sexual, assim como outras que apenas fazem um atendimento pessoal, sigiloso [...] como o aluno tipo “conversa com o diretor”, “contato com os pais”, quando surgem comportamentos considerados inadequados sexualmente.

e) Que o projeto da sexualidade seja planejado com a comunidade escolar: diretor, funcionários, professores, pais e os alunos.

Segundo Gavidia (2002), este é um dos limites que podem ser encontrados na implantação e desenvolvimento dos temas transversais, ou seja, a falta de articulação no trabalho em equipe, em especial com pais e outras instituições. Nunes e Silva (2000, p.74), ressaltam a dificuldade dos pais em aceitar um trabalho escolar dessa natureza:

A atitude ostensiva e patrulhadora dos pais, de delegar funções informativas e descritivas para a escola e, ao mesmo tempo, agir de maneira intimidatória a quaisquer eventuais críticas e ações dos professores que não estejam dentro na normatividade patriarcal vigente. Todas essas dificuldades redundam na omissão e no abandono de uma reflexão sobre a sexualidade de maneira humana, crítica, histórica e científica.

f) Que os professores tenham “flexibilidade, disponibilidade e abertura” para desenvolverem as questões que envolvem a Orientação Sexual.

Para se trabalhar de maneira efetiva a educação para a saúde é preciso que os professores tenham a sensibilidade e a preparação necessárias para conhecer os principais problemas que afetam a sociedade em geral e os alunos em particular, que segundo Gavidia (2004), não sabemos compartilhar com outros grupos os problemas que não são apenas nosso, não encontramos ou não sabemos como encontrar meios para que isso aconteça.

g) Que o projeto educacional seja sistemático:

O caráter de sistematização refere-se à importância da transversalidade quanto às atitudes, aos procedimentos e conceitos e sendo assim, não podem acontecer de maneira voluntária, casual ou parcial, mas escolhidos, sequenciados, desenvolvidos e avaliados. (GAVIDIA, 2002).

De acordo com Gavidia (2002) os limites que possam ser encontrados na implantação e desenvolvimento dos temas transversais, mas que devem ser superados, são:

1) A extrema inércia da escola para mudar as formas de comportamento e as escalas de valores:

a) Em certos grupos de professores quando afirmam que sua tarefa exclusiva na escola consiste em ensinar certos conteúdos conceituais.

Os autores Nunes e Silva (2000, p.107-108) discutem esses limites quando tratados como biologismo, reduzindo a sexualidade a uma proposta formal, curricular e restritiva, enfatizando noções de higiene, de anatomia humana, comparações entre os tipos de reprodução que ocorrem

na natureza, etc, “revelando as incompreensões e desencontros de uma mentalidade fria e cartorial, retrato desfocado de uma sociedade mecânica e deserotizada”.

b) Existe uma resistência por parte dos educadores em se inserir a transversalidade nas matérias escolares, que segundo Gavidia (2002, p.24), se deve ao fato da inexistência desta temática na sua formação inicial nos cursos universitários. Por outro lado, é certo que muitos professores não tiveram determinadas matérias em seu curso superior, mas souberam suprir essas lacunas.

c) Sabe-se que os horizontes da própria disciplina se ampliam a partir do momento em que se insere a transversalidade a partir das disciplinas, tornando-se um recurso para melhorar a motivação nos alunos e uma forma de atender aos fatores sociológicos no desenvolvimento de um currículo, por outro lado, segundo Gavidia (2002, p. 24), existe uma situação de desprezo ao que representam as matérias transversais, de desenvolvimento de atitudes, de contextualização dos temas de estudo, de aproximação à realidade e às necessidades dos alunos, etc, o que torna patente um defeito no trabalho profissional dos professores.

Contudo, ao abordarmos a sexualidade, é necessário um exercício de interdisciplinaridade e transversalidade, pois de acordo com Riechelmann (1993 p. 285-286), “por vezes ela é enfocada de modo reducionista, limitado ao terreno do biológico, ou há tentativas de se confundir sexualidade com algo limitado à biologia, psicologia ou à sociologia”.

2) A incorporação das matérias transversais ao currículo escolar dentro da organização existente por disciplinas:

A partir do momento que se pretende abrir espaços para introduzir as matérias transversais, colocar em prática os objetivos, a participação das diversas disciplinas e fazer elos entre elas, e ainda, acrescentar as decisões que se precisa tomar quanto ao tipo de transversalidade que se deseja trabalhar: as matérias transversais como linhas, como áreas ou como espaços, encontram-se uma série de barreiras, que tornam o trabalho nada fácil e que apresentam um certo grau de dificuldade. (GAVIDIA, 2002)

3) A necessidade de pôr em prática os conteúdos das matérias transversais:

Considerando que os currículos das disciplinas já foram elaborados, devendo trazer para a prática os conteúdos das matérias, e não bastando a afirmação de que estes já se encontram indicados nas diferentes áreas do conhecimento, disseminados por todas as disciplinas, e que de acordo com Gavidia (2002, p. 26), se não quisermos dar uma importância curricular menor do que elas têm,

[...] devemos dispensar a elas um esforço semelhante ao dispensado às áreas. [...] os conteúdos das matérias transversais que devem ser abordados na escola costuma concretizar-se em uma série de temas, sobre os quais existe um consenso generalizado. No entanto, dada sua extensão, devemos apresentá-los aos alunos de forma que se dê prioridade aos mais adequados a suas características e às necessidades ou aos problemas detectados na escola ou no âmbito a que pertença, para isso é de grande importância a participação de diversos grupos sociais na seleção de seus objetivos.

4) A necessária formação dos professores nesses temas.

De acordo Lima (apud BIBLIOMED, 2000a), deve-se excluir as “palestras”, que são muito utilizadas principalmente pelas direções das escolas, mas que são “puramente informativas e pontuais”, e que são confirmadas por Pinto (apud BIBLIOMED, 2000a) de que a metodologia baseada em palestras nos remete ao ensino autoritário: “hierarquizado, compartimentalizado e conteudista” e “quando existem na escola grupos de adolescentes que se dispõem a realizar esse tipo de trabalho, estão fadados ao insucesso devido a imensas dificuldades de se imporem como opção”.

Segundo Guimarães (1995), existem escolas que não possuem nenhum projeto desse gênero e outras que interpretam os conteúdos de Biologia e Ciências como suficientes em Orientação Sexual.

5) A pouca tradição do trabalho em equipe, especialmente com os pais e com outras instituições.

Na perspectiva de Gavidia (2002), a falta de colaboração dos professores, o trabalho com os pais e com outras instituições, são dificuldades que aparecem quando se elabora o projeto curricular e que se tornam maiores ainda se forem projetos interdisciplinares.

Esta afirmação se concretiza no momento que encontramos em Riechelmann (1993), o fato de existirem muitas pessoas da área de saúde, em ONGs, e outros setores, que gostariam de colaborar com os professores na sua tarefa educativa, mas que percebem que estes não se preocupam com sua existência, ou não querem utilizá-las, ou não sabem como fazê-lo; e desta maneira, não encontram meios para que aconteça esta interação.

6) A escassez de materiais curriculares

Considerando que existam bons materiais quanto às matérias curriculares, mas que aconteça pouca divulgação, dificuldade em encontrá-los, ou doações de um número muito pequeno de exemplares que por vezes nem foram solicitados, “não recebam a atenção devida, ficando em alguma estante como registro fóssil do interesse que o responsável pelo turno teve em determinado momento. Pouco ou nada chega à realidade da sala de aula”. (GAVIDIA. 2002, p. 26).

7) O problema da avaliação

O trabalho de Orientação Sexual na escola implica em seleção e priorização dos conteúdos, planejamento e ação pedagógica sistemática. Não se trata de palestras, semanas especiais, de cartazes pregados nos murais, mas sim de um canal permanentemente aberto para que as questões sobre a sexualidade possam ser discutidos com as crianças e adolescentes, de maneira séria, clara e ampla.

Neste sentido, encontramos em Gavidia (2002, p. 29):

[...] se é difícil selecionar conteúdos, mais difícil ainda é avaliá-los, principalmente os que se referem aos aspectos atitudinais e comportamentais. Admitida à idéia de diferenciar avaliação de classificação, no final do processo, existe uma obrigação de dar nota e... reprovamos por atitudes inadequadas? Se isso acontece, parece que a falha está no processo ensino-aprendizagem seguido, porém a dificuldade continua a existir.

Objetivos e Procedimentos Metodológicos da Investigação

Com o propósito de atender ao problema inicial deste estudo, que é de identificar os limites dos elementos pedagógicos (objetivos educacionais, conteúdos, procedimentos didáticos, transversalidade no currículo, envolvimento da comunidade escolar, entre outros) presentes nos projetos de Orientação Sexual que contribuem para que ele não se sustente efetivamente no âmbito escolar, selecionamos duas instituições de ensino fundamental das séries iniciais da rede pública municipal do estado do Paraná.

Desse modo, se a escola é uma das instituições onde se constrói a sexualidade, qual o processo pedagógico que contribui positivamente para a construção individual da sexualidade em situações de convívio social? Portanto, há um projeto pedagógico sendo colocado em prática? Como isto ocorre? Sendo a instituição escolar um espaço oficial de escolarização, onde os jovens passam um grande número de horas por dia, onde iniciam por vezes as suas relações afetivas, isto é, onde ‘os olhares acontecem’, ‘os bilhetinhos são trocados’, ‘os segredinhos afloram’, e o ‘primeiro amor pode ocorrer’, e onde a Orientação Sexual tem um espaço curricular formal, é de extrema importância saber de que modo a escola cumpre a sua função na orientação dos jovens.

Posto isto, o nosso estudo leva ao seguinte questionamento:

► Quais são os **limites** dessas **possibilidades** presentes nos PCNs que impedem a implantação e desenvolvimento de projetos que contribuem efetivamente para a construção da sexualidade nos alunos?

Estas questões nos remeteram a uma investigação sobre o tema transversal Orientação Sexual com os principais objetivos:

► Investigar escolas que desenvolvem ou desenvolveram um projeto sobre sexualidade.

► Investigar os elementos pedagógicos presentes nos projetos de Orientação Sexual que impedem efetivamente a construção da sexualidade nos alunos.

► Avaliar se essa temática está inserida no currículo escolar, analisando os **limites** identificados nos projetos investigados.

Para realizarmos essa investigação com professores do ensino fundamental das séries iniciais da rede pública municipal, fizemos uma entrevista áudio gravada com uma professora da escola A, e com quatro professores da escola B, a coleta de dados ocorreu em forma de um questionário respondido por escrito. Na escola A, doravante denominada, o roteiro da entrevista semi estruturada se baseava fundamentalmente nos questionamentos que atendessem aos objetivos propostos, mas na medida do possível o entrevistado se sentia à vontade para comentar sobre os assuntos. Na escola B os professores foram submetidos a um questionário por escrito no qual as questões do mesmo modo se baseavam para atender os objetivos propostos.

Tanto a entrevista como o questionário, tiveram como roteiro básico as seguintes questões:

- 1) Por que e como começou este projeto?
- 2) Fez algum curso a respeito?
- 3) O projeto envolveu só você ou outros professores também se envolveram?
- 4) Como os professores, pais e alunos se envolveram nesse projeto?
- 5) Quais os objetivos dele?
- 6) Aconteceram obstáculos?
- 7) Quais os pontos positivos e negativos?
- 8) Em que o projeto não deu certo? \
- 9) Como os assuntos tidos “polêmicos” (estupro, homossexualidade, virgindade, violência na família, etc.) foram tratados?
- 10) Que tipo de aluno está sendo formado a partir deste projeto?
- 11) Como se mediu a eficácia do projeto?
- 12) Qual a metodologia utilizada?

- 13) Quais os pontos principais do projeto? (quais as ênfases? o projeto tem uma pluralidade? quais são? Possui a dimensão ética, religiosa, social, biológica? Como elas estão integradas no projeto?)
- 14) Quais são as atividades programadas? (As atividades dão conta das diferentes dimensões da sexualidade? Você parte do aparelho reprodutor e desemboca nas questões sociais da sexualidade: homossexualismo, masturbação, gravidez, ou parte dessas questões e chega no aparelho reprodutor?).

Análise dos Resultados e Discussões

O nosso maior interesse foi investigar como o processo estava sendo construído, como ele ocorria e quais eram os limites que impediam o seu desenvolvimento.

Quando a instituição escolar assume o projeto e o inclui na sua proposta pedagógica, a responsabilidade passa a ser de todos e não apenas de uma pequena equipe que se dedica ao tema. O fato de não termos aplicado o segundo questionário, na escola A da região de Londrina, foi porque a professora que havia concedido a primeira entrevista se demitira; não havendo por esse motivo, continuidade no projeto. Mais tarde o projeto foi retomado por uma voluntária que também não deu a seqüência e não levou em conta as prioridades necessárias. De acordo com a Sayão Y. (1997) e Egypto (2003) um projeto de orientação sexual não se sustenta com voluntariado, devendo ser planejado, sistematizado, acontecendo regularmente e tendo continuidade.

Nessa instituição (A) o que se denominava de projeto de Orientação Sexual apresentava alguns contrapontos que se chocavam com a literatura. De acordo com Egypto (2003), Sayão Y. (1997) e Suplicy (1995), um dos pontos necessários para o êxito de um projeto de sexualidade é a participação da maioria que compõem a comunidade escolar. Mesmo sendo uma tarefa complexa, ela deve ser enfrentada, levando em conta que é um processo longo e cuidadoso para não queimar etapas nem produzir fortes resistências nos agentes sociais da escola. No caso da Escola A, parece que a aglutinação dos professores em torno do projeto não ocorreu, porque era só uma professora que procurava se informar encontrar, uma vez por semana com os alunos para discutir as dinâmicas propostas inseridas num manual do multiplicador fornecido pelo Ministério da Saúde. Portanto, não havia um comprometimento da escola como um todo nesse processo, haja vista que quando a professora se ausentou, o projeto deixou de ser implementado, apesar de ter ocorrido o apoio da direção e supervisão.

Quanto ao envolvimento de apenas um educador, o projeto de Orientação Sexual deixa de ter um caráter interdisciplinar, como recomenda Gavidia (2002). Assim, de acordo com Gavidia (2002, p. 24-25), podemos inferir que há uma situação de desprezo por parte dos professores ao que representam as matérias transversais, uma inércia por parte dos professores em considerarem que sua função é a de ensinar os conteúdos referentes à sua matéria, o que implica num mínimo envolvimento em projetos desta natureza.

Na escola B, observamos que as professoras haviam concluído um curso de Orientação Sexual de seis meses na UEL, não havendo um suporte permanente de especialistas ou envolvimento com ONGs para poderem sanar dúvidas ou até mesmo para se atualizarem.. Nem os pais e nem alunos se envolveram participando de cursos ou dinâmicas. Aos pais cabia comparecerem às reuniões do início do ano, ou caso ali comparecessem, em outro horário até para tirar dúvidas em relação ao que estava sendo tratado. Houve no início um curso que tratava das questões de sexualidade, administrado por estagiários de um curso de Psicologia, em que alguns pais e professores participaram, mas isso não ocorreu nos outros anos. Aos alunos, o trabalho se limitava ao que ocorria dentro da sala de aula.

Nesta escola, podemos considerar que o trabalho que faziam não poderia ser caracterizado como um projeto de Orientação Sexual interdisciplinar, mesmo porquê a professora de Educação Física não participava por considerar que não tinha nada a acrescentar ou contribuir para a construção da sexualidade dos alunos; no entanto, Nunes e Silva (2000) afirmam que a Orientação Sexual só acontece quando assumida pela comunidade escolar, como dimensão básica e fundamental do processo humano e educativo”.

Nesse sentido, nos PCNs encontramos: “a Educação Física, que privilegia o uso do corpo e a construção de uma “cultura corporal”, é um excelente espaço onde o conhecimento, o respeito e a relação prazerosa com o próprio corpo podem ser trabalhados”. (BRASIL, 1997, p. 140)

A escola B apresentou alguns trabalhos realizados por alunos, nos quais a “visão biológica” da sexualidade era muito enfática, isto é, desenhos de partes do corpo humano, omitindo as dimensões socioculturais e afetivas dos jovens que de acordo com Lorencini Jr. (1997, p.94), “somente informações e orientações a respeito da anatomia e fisiologia do aparelho reprodutor, muito embora sejam necessárias, não são suficientes para que possamos compreender a problematização que envolve um determinado tópico da biologia sexual”.

Nesse contexto, Guimarães (1995) e Veiga (1997) argumentam que a realidade mostra que temos escolas que interpretam os conteúdos de Biologia e Ciências como suficientes, reduzindo o sexo à dimensão biológica, e que é uma visão, ainda muito reducionista, sexológica, biologicista e que necessita ser redimensionada.

Ainda na instituição B, quando responderam o 2º questionário, as professoras se juntaram e responderam em grupo relatando experiências idênticas, mas de acordo com Egypto (2003) as experiências são únicas e os alunos são diferentes, e um tema que será discutido por classes diferentes, terá respostas diferentes.

Nesta mesma escola, quando perguntado a um professor como estava indo o projeto, respondeu que ainda não havia começado por falta de tempo, e isto já era no final do mês de maio e que talvez deixasse para iniciá-lo no segundo semestre, caracterizando um trabalho assistemático, e sobre isso encontramos em Sayão R. (1997, p.98):

Não é difícil que, na apresentação dos aparelhos constitutivos do corpo humano, o reprodutor seja o último da seqüência – o que significa que o professor sempre pode contar com a sorte para terminar o ano letivo sem ter de cumprir com a árdua tarefa. Passa a obrigação para a próxima vítima.

Nas falas de alguns entrevistados da escola B percebemos que se sentiam incomodados para discutirem temas relacionados à sexualidade: “Antes de entrar na sala de aula, eu rezava para que Nossa Senhora me ajudasse.... até ia com uma camiseta que tinha a fotografia da santa.”. Sayão R. (1997, p.98), comenta esse incômodo:

[...] muitos professores, mesmo sem perceber, já ficam incomodados em transmitir esse tipo de conteúdo para seus alunos.[...] sorrisinhos maliciosos, piadinhas, burburinho geral, perguntas indiscretas, ultrapassam o saber da biologia. O pobre professor passa por poucas e boas ao tentar ministrar com tranqüilidade essas aulas. Além disso, ele mesmo tem sua própria concepção, convicções e valores sobre a vida sexual, incluindo-se aí a moral e os preconceitos.

Portanto, podemos concluir que por meio do que foi exposto, não se pode caracterizar o trabalho desenvolvido pelas escolas como um projeto de Orientação Sexual.

Considerações Finais

De acordo com os resultados obtidos desse estudo, podemos considerar que os projetos de orientação sexual desenvolvidos nas escolas investigadas não apresentam resultados previstos pelos PCNs, os quais admitem que cabe a escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças, preencher lacunas e permitir reflexões, reduzindo os conteúdos propostos dentro da disciplina de Ciências a um biologismo que passa a ser suficiente. A transversalidade proposta pelos PCNs não corresponde às representações dos educadores entrevistados os quais mantêm uma concepção bastante reducionista da sexualidade e essa abordagem normalmente não abarca as ansiedades e curiosidades das crianças, pois enfoca apenas o corpo biológico e não inclui as dimensões culturais, afetivas e sociais contidas nesse mesmo corpo.

Não há uma articulação entre o núcleo familiar e a intervenção escolar sendo assim, não se promovem questionamentos, discussões dos problemas, o que não leva a uma reflexão da necessidade e importância do projeto.

Tratar de sexualidade é um tanto complexo, então existe uma certa resistência por parte dos professores por não estarem de fato preparados para refletirem sobre temas referentes à temática.

Os resultados nos indicam que a Orientação Sexual só ocorre quando assumida pela escola toda, como dimensão básica e fundamental do processo humano e educativo, e isto não se observa a partir do momento que deixavam o assunto para o final do ano, como observamos na escola B e quando na escola A só uma professora se envolveu no processo.

Sabe-se que ainda existe pouca tradição em se trabalhar em equipe, então a interdisciplinaridade torna-se difícil, uma vez que esses assuntos são deixados para apenas um professor trabalhar como no caso da escola A e na escola B, o professor de Educação Física não se envolveu. Há uma dificuldade das escolas em mudar as formas de comportamento e as escalas de valores.

O projeto não se sustenta por não se caracterizar de fato como projeto de acordo com a literatura consultada, por não ter quebrado a maioria das resistências, pela falta de atualização constante dos envolvidos, de diálogo, de envolvimento dos pais, pela escassez de materiais curriculares, pois não se observa na escola nenhum livro que trate de assuntos ligados à sexualidade e principalmente pela falta de parcerias com setores da sociedade.

Referenciais

BIBLIOMED. a). **O Papel de Cada um na Orientação Sexual e os Diferentes Modelos de Trabalho.** 2000 Disponível em: <http://boasaúde.iol.com.br/lib/ShowDoc.cfm?LibDocccID=3745>. Acesso em 12 de abr. de 2005.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

EGYTO, Antonio Carlos (Org.) **Orientação sexual na escola:** um projeto apaixonante. São Paulo: Cortez, 2003.

GAVIDIA, Valentin. A construção do conceito de transversalidade. In ÁLVAREZ, Maria Nieves et al. **Valores e temas transversais no currículo**. Tradução por Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 15-30. (Inovação Pedagógica, v. 5).

GONÇALVES, Sonia. A. Silva. Um compromisso com a comunidade. In RIBEIRO, Marcos (Org.). **Educação sexual: novas idéias, novas conquistas**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos. 1993. p. 267-277.

GUIMARÃES. Isaura. **Educação sexual na escola: mito e realidade**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1995.

LORENCINI JÚNIOR Álvaro. Os sentidos da sexualidade: natureza, cultura e educação. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997. p 87 – 95.

NUNES, César; SILVA, Edna. **A educação sexual da criança: subsídios e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. (Polêmicas do Nosso Tempo, v. 72).

REICHELMANN. José Carlos. A educação sexual no sistema de saúde. In: RIBEIRO, Marcos (Org.). **Educação sexual: novas idéias, novas conquistas**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos. 1993. p. 281-303

SAYÃO, Rosely. Saber o sexo? Os problemas da informação sexual e o papel da escola. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997. p. 97-105.

SAYÃO, Yara. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997. p. 107-117.

SUPLICY, Marta et al. **Sexo se aprende na escola**. São Paulo: Olho d'Água, 1995.

VEIGA, S.G. **Subjetividade/sexualidade: uma questão pedagógica**. In: Caderno do Aplicador, Porto Alegre, v.10, n.2, jul./dez. 1997.